



Universidade de Brasília
Departamento de Economia

Série Textos para Discussão

Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX

Flávio Rabelo Versiani
Universidade de Brasília

José Raimundo Oliveira Vergolino
Universidade Federal de Pernambuco

Texto nº 252
Brasília, Outubro de 2002

Department of Economics Working Paper 252
University of Brasilia, October 2002

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 252

Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX

Flávio Rabelo Versiani

Universidade de Brasília

José Raimundo Oliveira Vergolino

Universidade Federal de Pernambuco

Brasília, 18 de outubro de 2002

© Flávio Versiani e José R. O. Vergolino, 2002

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Instituto Central de Ciências
Caixa Postal 04302, 70910-900 Brasília, DF, Brasil
Tel.: (55-61) 3072498, 2723548
Fax: (55-61) 3402311
E-mail: econ@unb.br
<http://www.unb.br/ih/eco>

Chefe do Departamento

Prof. Flávio Rabelo Versiani

Sub-Chefe do Departamento

Prof. Jorge Madeira Nogueira

Coordenador de Pós-Graduação

Prof. André Rossi de Oliveira

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Prof. Maurício Soares Bugarin

Coordenador de Graduação

Prof. Jorge Madeira Nogueira

SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Comissão Editorial, mandato junho de 2001 a setembro de 2002

André Rossi de Oliveira

Bernardo Mueller

Flávio Versiani

Jorge Nogueira

Maurício Bugarin (editor)

Mauro Boianovsky

Apoio: CESPE UnB

PREÇOS DE ESCRAVOS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Flávio Rabelo Versiani (Univ. de Brasília)
e
José Raimundo O. Vergolino (Univ. Fed. de Pernambuco)

Artigo submetido ao Encontro Nacional
de Economia da ANPEC (2002)

Área 1 – Metodologia, História e Economia Política

Classificação JEL: N36

Resumo

O artigo apresenta uma série de preços de escravos para Pernambuco, em 1800-1887, baseada em amostra de 4.085 escravos constantes de inventários provenientes da Zona da Mata, Agreste e Sertão pernambucanos. Comparações dessa série com dados para Minas Gerais e Salvador revelam grande similaridade nas tendências gerais de evolução de preços, indicando que o mercado de escravos nas três regiões estava submetido às mesmas influências. Uma comparação entre Pernambuco e Cuba mostra o mesmo fato e, surpreendentemente, uma evolução praticamente coincidente entre 1850 e 1860, o que evidencia que a idéia, geralmente aceita, de que a elevação de preços de escravos no Brasil, após 1850, decorreu da extinção do tráfico deve ser revista.

Palavras-chave – Brasil: história econômica, século XIX; Trabalho escravo; Brasil: Nordeste

Abstract

A new series of slave prices for Pernambuco province, in the period 1800-1887, is presented. The data derive from a sample of 4.085 bondsmen listed in inventories originating from different areas of the province: *Zona da Mata*, *Agreste* and *Sertão*. A comparison between that series and data on slave prices from Minas Gerais province and the city of Salvador, Bahia, reveal the same general tendencies, which suggests that the same forces affected the slave market the three regions. A comparison between Pernambuco prices and prices in Cuba show a surprising coincidence, especially in the period 1850-1860. This shows that the widely accepted notion that the increase in slave prices in Brazil, after 1850, resulted from the extinction of slave imports in that date must be revised.

Key words - Slave labor; Brazil: nineteenth century; Brazil: Northeast

PREÇOS DE ESCRAVOS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

1. Introdução

Este artigo reporta achados preliminares relativos à evolução de preços de escravos em Pernambuco, no século XIX, parte de um programa de pesquisas sobre a economia do escravismo nessa província.

É nosso objetivo aprofundar a análise dos dados aqui expostos, com o uso dos métodos estatísticos aplicáveis, especialmente na medida que contemos com um maior número de observações, pois o processo de coleta de dados se encontra em curso. Contudo, os resultados já obtidos são suficientemente sugestivos para justificar uma divulgação preliminar, não só com o propósito de recolher críticas e sugestões, mas também de propiciar um cotejo com achados de outros pesquisadores.

No que se segue, discutem-se brevemente aspectos da literatura sobre o tema, e as questões que se colocam quanto à determinação de preços de escravos. Em seguida, expõem-se algumas características do escravismo em Pernambuco relevantes para os propósitos deste artigo. O corpo principal deste consta de uma exposição comentada de séries de preços construídas para Pernambuco, com destaque para comparação de preços entre gêneros e por regiões da província, e também para um cotejo com séries disponíveis para outras províncias do País, e para Cuba. Uma seção final resume as conclusões do trabalho.

2. Preços de escravos na literatura

Uma suposição relativamente comum com referência ao preço de escravos, no Brasil, é que ele fosse relativamente baixo, de tal forma que a taxa de rendimento do uso da mão-de-obra escrava seria muito alta, podendo o investimento respectivo ser recuperado num curto espaço de tempo. É claro que os escravos não eram baratos em todas as circunstâncias nem em todos os lugares; os historiadores mencionam, por exemplo, os protestos e reclamações, já no século XVIII, contra a escassez e alto custo da mão-de-obra escrava, fora da região mineradora (Goulart, 1980:134 ss.). Nas atividades exportadoras onde primariamente se usou a mão-de-obra escrava, contudo — açúcar, ouro, café —, supõe-se com freqüência um retorno rápido retorno. Na década de 1880, por exemplo, afirmava-se que o trabalho do escravo numa fazenda de café possibilitaria a seu dono reaver o gasto com sua compra em não mais do que dois anos (Conrad, 1972:131). Essa idéia de que o escravo era utilizado por poucos anos está repetida em diversos autores, possivelmente por influência de Roberto

Simonsen, que, em seu livro mais conhecido, adotou a suposição de que o escravo tivesse uma vida útil de sete anos (Simonsen, 1977).

A hipótese de que os escravos fossem relativamente baratos tem uma correspondência na literatura internacional sobre o tráfico de escravos, onde, como observa Klein, muitas vezes se supunha que escravos pudessem ser obtidos na África a um custo baixíssimo — supostamente, com uma oferta infinitamente elástica — com o que o comércio infame se faria extremamente lucrativo, sem que os negreiros tivessem que se preocupar em reduzir as perdas derivadas da mortalidade dos cativos. Esse tipo de argumento com frequência esteve associado à pregação abolicionista, interessada em divulgar os horrores da escravidão (Klein, 1999).

Um corolário da idéia da alta elasticidade da oferta de escravos é que os movimentos de preço não seriam associados principalmente a variações na demanda, mas a mudanças no regime da oferta. Assim, por exemplo, uma linha de interpretação da alta de preços de escravos no Brasil, ao longo do século XIX, privilegia a crescente dificuldade, riscos e custos da importação de escravos africanos, decorrentes das restrições impostas pela Inglaterra, culminando com a efetiva supressão do tráfico, em 1850.

É claro que, tanto internacionalmente como no Brasil, a literatura tem avançado, em períodos recentes, muito além de tais interpretações simplistas, no que se refere ao funcionamento e à dinâmica do mercado de escravos. No caso do Brasil, os trabalhos pioneiros de Slenes (1974) e P.C.Melo (1984) abriram o caminho para um melhor entendimento do tema. Slenes, em particular, enfatizou a relevância da associação entre preços de escravos e preços de mercadorias de exportação, na segunda metade do século XIX.

No entanto, uma proposição persiste, com a força de um dogma: a relação entre a supressão do tráfico de escravos, em 1850, e o significativo aumento nos preços da mão-de-obra cativa, observado na década subsequente. Quanto a isso, há unanimidade na literatura: o encarecimento dos escravos é geralmente visto como um efeito direto do fim do comércio negreiro.¹ Veremos abaixo que há razões para pôr em dúvida essa causalidade.

No que se refere a informações concretas sobre a evolução de preços de escravos no Brasil, dispõe-se de dados mais amplos apenas para Minas Gerais, derivados de uma ampla pesquisa em inventários de três regiões dessa província (São João del Rei–Tiradentes, Ouro Preto–Mariana e Diamantina), abrangendo o período de 1720 a 1888 (Bergad, 1999). Uma série extensa existe também para Salvador, Bahia, também com base em inventários, computada por M.J.Melo (1988). P.C.Mello publicou dados para o Rio de Janeiro, baseados principalmente

¹ Um exemplo, relativo a Pernambuco: : “The effective abolition of the international slave traffic initiated the gradual abolition process [...]. The restricted supply caused nominal slave prices in Pernambuco to more than triple by 1860.” (Eisenberg, 1974:153).

em anúncios de jornais, o que dificulta a comparação com outras informações. Outros autores, como Stein (1957) e Eisenberg (1974) e Dean (1977) divulgaram alguns dados sobre localidades específicas, geralmente baseados em amostras relativamente pequenas. Informações mais sistemática sobre preços de escravos em Pernambuco não eram disponíveis, até agora.

3. Trabalho escravo em Pernambuco

Sabemos que a demanda por trabalho originária das grandes plantações de açúcar da Zona da Mata foi a causa primária do grande fluxo de escravos para Pernambuco, a partir do século XVI.² Em decorrência disso, é comum que o trabalho escravo na região seja visto como um fenômeno associado diretamente com o açúcar; a literatura a respeito, desde Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre, trata principalmente da escravidão associada ao complexo casa-grande e senzala. E acresce que as atividades produtivas típicas da região não-açucareira da província — algodão e gado — são muitas vezes consideradas incompatíveis com o uso da mão-de-obra escrava (Andrade, 1973:102; Castro, 1971, v.2:22).

No entanto, saber-se agora que uma alta proporção dos escravos de Pernambuco, no século XIX, não estava na região açucareira, a Zona da Mata litorânea, mas sim no Sertão semi-árido, onde predominava a criação extensiva de gado, ou na região intermediária do Agreste, onde se plantava algodão e culturas alimentares e também se criava gado, freqüentemente em propriedades de extensão relativamente pequena. Em contraste com a Mata, onde a grande maioria dos escravos fazia parte de plantéis com mais de vinte escravos, no Agreste e no Sertão de dois terços a nove décimos dos escravos pertencia a senhores com vinte ou menos cativos. Por outro lado, a difusão da propriedade de escravos, avaliada pela proporção de inventários *post mortem* que continham escravos, era muito similar (ao redor de 75%-80%) nas três regiões.

Outra similaridade se relaciona ao peso do valor dos escravos no monte total da riqueza inventariada. Na Mata, esse peso tendeu a aumentar após 1850, quando o preço médio dos escravos aumenta significativamente — o que é coerente com achados para outras regiões do País. No Agreste e Sertão há um comportamento similar, o que, nesse caso, contrasta fortemente com a evidência disponível para outras regiões com estrutura de produção análoga. Ou seja: exceto no caso de grandes propriedades agrícolas, onde o trabalho escravo parece ter vantagem comparativa em relação ao trabalho livre, o aumento de preços da segunda metade do século XIX foi, em geral, acompanhado por grande

² Não se sabe ao certo a proporção dos quase quatro milhões de escravos vindos da África para o Brasil que se destinou a Pernambuco. Ao redor de 1820, o número de escravos na província foi estimado em 100.000 a 150.000 (25% a 30% da população), num total de cerca de 1,1 milhões para o País como um todo. A importação de escravos na província, entre 1800 e 1850, foi de cerca de 160.000. No Censo de 1872, Pernambuco tinha cerca de 89 mil escravos (1.511 mil em todo o País). Klein (1999:App.); IBGE (1990:Tab. 1.4); Eisenberg (1974:Tab.23).

redução na importância relativa dos escravos como forma de riqueza. Mas isso não foi observado, no caso do Agreste e do Sertão, o que parece configurar uma aderência excepcional dos senhores de escravos dessas regiões a seus (pequenos) plantéis (Versiani & Vergolino, 2000; 2001).

4. Evolução dos preços de escravos em Pernambuco, 1800-1877

A Tabela 1 e o Gráfico 1 mostram os preços nominais médios de escravos “padrão” para toda a província de Pernambuco, por quinquênios, no período 1800-1887. Aqui definimos como escravos padrão os da faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos, excluídos os que eram descritos como portadores de doença ou defeito físico. A tabela engloba dados relativos a 4.085 escravos de toda a província.³

Os números da tabela indicam, até o final da década de 1820, um aumento médio de preços da ordem de 15% por quinquênio. Esse ritmo de incremento de preços mais do que dobra, nos anos trinta, de tal forma que o nível preços ao redor de 1840 é cerca de duas vezes o de dez anos antes; na primeira metade da década de 1840, os preços aumentam ainda cerca de 20%. Os anos cinquenta presenciam o maior aumento de preços do século XIX, especialmente em 1855-59, quando o valor nominal dos escravos quase dobra, em relação ao quinquênio anterior. Na década seguinte os preços se mantêm num nível ainda alto, mas em 1870-74 há uma redução superior a 20%. Nos anos subsequentes os preços continuam caindo cerca de 5% por quinquênio, ritmo que se acelera de forma precipitada depois de 1885.

Algumas das variações de preços mostradas na Tabela 1 parecem se conformar com a interpretação que privilegia o lado da oferta. O aumento de preços na década de 1830 aparentemente coincide com uma redução importante no fluxo de importações de escravos, nesse período (cf. dados em Eisenberg, 1974:149); e é de supor que os obstáculos ao tráfico, após sua proibição legal em 1831, aumentasse o custo das importações de africanos. E é claro que a alta dos anos cinquenta pode ser relacionada à cessação do tráfico, em 1850. Mas chama a atenção que o aumento de preços, após essa data, fosse de fato muito mais intenso na segunda metade da década; isso sugere uma relação com o mercado do açúcar, cujos preços de exportação, em mil-réis, aumentaram bruscamente a partir de 1855, o que provavelmente se refletiria numa expansão na demanda por escravos. Nos anos sessenta, foi o mercado internacional do algodão que se aqueceu extraordinariamente, como a queda na oferta norte-americana decorrente da Guerra da Secessão nos Estados Unidos; esse foi um período de prosperidade

³ Do total de 4.085 escravos considerados, 1.347 são da Zona da Mata, 1.736 do Agreste e Sertão, e 1.002 da cidade do Recife; 2.398 são homens e 1.687 mulheres. Os preços são extraídos de inventários *post mortem* provenientes dessas regiões, constantes da coleção de documentos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHPG), em Recife.

para a cotonicultura do Agreste. Isso não deixaria de se refletir também num aquecimento da demanda por escravos, nessa região. Após 1870, por outro lado, a retomada das exportações norte-americanas traz o fim do *boom* algodoeiro em Pernambuco, ao mesmo tempo em que os preços do açúcar recuam; isso pode explicar a queda acentuada nos preços de escravos, no início dos anos setenta.⁴ Há, portanto, indícios de que a influência de variações na demanda na determinação dos preços de escravos seja importante, o que sugere uma análise mais detida das relações entre o mercado de escravos e os mercados de produtos exportáveis da região. Essa análise será perseguida, em fases posteriores de nosso programa de pesquisa. .

5. Preços de escravos e de escravas

Na Tabela 2 e Gráfico 2 comparam-se os preços de escravos do sexo masculino e feminino. Nota-se que os preços de escravas, no mais das vezes, são cerca de 10% inferiores aos dos escravos: até 1870, em dez dos catorze quinquênios essa é a relação aproximada de preços médios.

Alguns autores têm sugerido que os senhores de escravos estariam mais interessados no valor reprodutivo das escravas, após a abolição do tráfico, o que se refletiria numa maior demanda por cativos do sexo feminino. Embora no período logo após 1850 se tenha notado um aumento expressivo no preço relativo das escravas, esse fenômeno dificilmente poderia ser visto como uma comprovação de tal hipótese: a alta de preços foi efêmera, pois já na segunda metade dos anos cinquenta houve um movimento contrário, com forte baixa relativa no valor de mercado das escravas. Cabe notar também que já em 1835-39 ocorrera uma elevação proporcional no preço de escravas, sugerindo que outros fatores podem influir na relação de preços entre cativos dos dois sexos.⁵

Por outro lado, no entanto, nota-se uma redução sustentada no preço relativo das escravas após 1870, o que sugere que a Lei do Ventre Livre teve um efeito assinalável na demanda por cativos do sexo feminino. Se a abolição do tráfico não estimulou de forma continuada a demanda por escravas, aparentemente a concessão de liberdade aos nascituros produziu uma redução nessa demanda.

Na literatura sobre o tráfico internacional de escravos, costuma-se argumentar que a maior proporção de escravos do sexo masculino entre os plantéis de escravos do Novo Mundo seria decorrente mais de condições prevaletentes na oferta africana de escravos de que de uma preferência dos compradores por esse gênero: os senhores de escravos seriam, no mais das

⁴ Para preços de exportação no período, v. IBGE (1986).

⁵ No caso de Minas Gerais, também não se encontrou evidência de um aumento no preço relativo de escravas, após 1850, ver Bergad (1999).

vezes, indiferentes entre escravos e escravas.⁶ No entanto, a evidência de que os preços de escravos seriam, em geral, sistematicamente superiores aos das escravas sugere, em nosso caso, uma preferência do mercado pelo sexo masculino. Como argumentamos em outro artigo, o perfil demográfico dos escravos das três áreas fisiográficas de Pernambuco parece indicar que, tanto no Mata como no Sertão, os compradores não seriam indiferentes quanto ao sexo de seus cativos, mostrando preferência por escravos; no Agreste, contudo, haveria indicações de que a demanda não teria uma viés de gênero — o que é coerente com o fato de que a mão-de-obra feminina é usada amplamente na lavoura algodoeira (Versiani & Vergolino, 2002).

Se é verdade que a demanda por mão-de-obra cativa privilegia o sexo masculino na Mata, mas não no Agreste, isso poderia ajudar a entender a evolução de preços relativos de escravos dos dois sexos, depois de 1850. Como vimos, há indicações de que a segunda metade dos anos cinquenta tenha sido um período de prosperidade para a lavoura do açúcar; nesse caso, o acréscimo de demanda por trabalho escravo se dirigiria mais aos de sexo masculino, provocando um aumento no preço de escravos em relação ao de escravas — o que de fato se observou, em 1855-59. De outra, parte, o *boom* do algodão, na década de 1860, provocaria uma demanda por mão-de-obra balanceada quanto ao sexo (ou mesmo favorecendo a procura por escravas, mais baratas e igualmente eficientes no cultivo do algodão), trazendo um aumento no preço relativo destas últimas — o que é coerente com os números da Tabela 2.

6. Preços de escravos na Zona da Mata e no Agreste-Sertão

A Tabela 3 e o Gráfico 3 comparam os preços de escravos na região das grandes propriedades açucareiras, a Zona da Mata, com a área de algodão, gado, lavoura alimentar e pequenos plantéis escravistas — o Agreste e Sertão. O que chama a atenção imediatamente é o fato de que os preços evoluam de forma muito paralela, nessas duas áreas, indicando que os mercados de mão-de-obra escrava nas várias zonas da província se intercomunicavam. Uma explicação para as oscilações de preço de curto prazo terá que aguardar uma análise estatística mais elaborada, que pretendemos fazer; mas o fato de que os preços tenham se elevado mais cedo na Mata, após 1850, é coerente com a alta nos preços do açúcar na primeira década da segunda metade do século, como visto acima; enquanto o surto algodoeiro dos anos sessenta pode explicar o pico mais tardio de preços, no interior.

⁶ Comparar, por exemplo, a seguinte afirmativa de Herbert Klein: “Though the literature is filled with contemporary and later accounts of the kind of slaves planters and slave traders demanded, in fact it was the African suppliers that determined the age and sex of the slaves who were shipped.” (Klein, 1999:162).

Não deixa de ser surpreendente que os preços oscilem mais, depois de 1850, na Mata do que no Agreste-Sertão, e especialmente que caiam tanto nos anos setenta, na primeira dessas áreas. Poderia se esperar que o fim abrupto do auge algodoeiro, no início da década de 1870, causasse uma redução correspondentemente drástica nos preços de escravos no Agreste; e deve-se ter em conta, também, que as desastrosas secas na segunda metade dessa década trouxeram conseqüências importantes para a atividade econômica no Sertão. No entanto, os números mostram uma queda relativamente suave de preços, no interior, em contraste com a Zona da Mata. Uma explicação mais cabal desse comportamento dependerá de uma análise mais acurada; mas poder-se-á argumentar que o fato de os preços de escravos não tenderem a cair de forma acentuada, no Agreste e Sertão, após 1850, é coerente com nossos achados referentes à pouca tendência à queda no peso relativo dos plantéis de escravos como proporção da riqueza dos senhores, nessas duas zonas (ver acima). Ambos os resultados são compatíveis com uma baixa propensão dos proprietários de escravos, no Agreste e Sertão, a se desfazerem de seus plantéis de forma generalizada, na segunda metade do século. Uma explicação para esse comportamento deverá esperar maiores pesquisas; algumas conjecturas são, no entanto, plausíveis (v. Versiani & Vergolino, 2002)

Cabe ressaltar que a evidência de que os preços de escravos, no Agreste e no Sertão, seguissem de perto as variações observadas na Mata é um argumento a mais em favor da racionalidade econômica dos proprietários dos pequenos plantéis de escravos, nessas áreas. Tudo indica que esses proprietários utilizassem seus escravos na produção, e perseguissem, enquanto produtores, os mesmos objetivos de maximização que os grandes senhores de engenho da Mata. Não há por que supor que essa fosse uma escravidão marginal, desligada do processo produtivo, movida por objetivos não-econômicos.

7. Preços de escravos comparados: Pernambuco e Minas Gerais

O Gráfico 4 compara nossa série de preços de escravos com os dados correspondentes para Minas Gerais, obtidos por Bergad (1999). Ambas as séries se referem a escravos “padrão”. O mais relevante dessa comparação é o fato de haver uma similaridade evidente entre a evolução de preços num e noutro caso. Em particular, não parece haver justificativa para se distinguir as duas primeiras décadas do século como um período em que o mercado de escravos em Minas teria estado isolado de influências externas, respondendo apenas a estímulo internos à província, como conjecturou Bergad (ver acima). Ao contrário, a determinação de preços de escravos parece ter sido influenciada, de forma geral, por um mesmo conjunto de fatores, nas duas províncias, ao longo da maior parte do século.

A Tabela 4 mostra os preços médios de Pernambuco como porcentagem dos preços em Minas, por períodos. Vê-se que a relação entre os preços não

mostra grandes oscilações. Os escravos eram em média 15% mais baratos na província nordestina em 1800-1820; essa proporção varia em torno de 25%, em todo o período 1821-1874, e sobe então para cerca de 50% , em 1875-1877. Podemos apenas, por ora, especular sobre a evolução desse diferencial, ao longo do século; mas ele parece coerente, de uma forma geral, com o que se sabe sobre o comportamento da economia das duas províncias, no período, e em especial com o dinamismo do sistema produtivo em Minas Gerais no século XIX, objeto de vários estudos nas últimas duas décadas.⁷

8. Preços de escravos comparados: Pernambuco e Salvador

Outra comparação possível é com a série de preços para Salvador, Bahia, desenvolvida por M.J. Andrade (1988). Como se mostra no Gráfico 5, há também aqui uma associação estreita entre os preços de escravos nas duas localizações, pelo menos até cerca de 1865. (Depois dessa data, no entanto, a amostra para Salvador é pequena, e os preços de Andrade são, por isso, menos representativos).

Os preços em Pernambuco são, em média, cerca de 25% mais baixos do que na capital baiana, entre 1811 e 1865 (Tabela 5). Considerando que o nível médio de qualificação de escravos urbanos é tipicamente superior ao de escravos rurais, que constituem a maioria da amostra pernambucana, esse diferencial não é surpreendente. De fato, os inventários examinados por Andrade permitem uma descrição detalhada da composição da população escrava por atividade exercida (o que não é possível em nossa amostra), e fica claro que o nível médio de qualificação da mão-de-obra escrava é relativamente alto, em Salvador. Além disso, cabe referir que os números de Andrade se referem a escravos “com ofício, sem doença”, ou seja, excluem trabalhadores não qualificados. Isso, é claro, dá a seus preços um viés de alta.

9. Preços de escravos comparados: Pernambuco e Cuba

Finalmente, podemos comparar nossa série de preços com a computada para Cuba por Bergad, Iglesias García & Barcia (1995). Dado que os preços em Cuba são expressos em moeda conversível, decidimos converter a série de preços para Pernambuco em libras esterlinas. Lembra-se que a importação de escravos africanos em Cuba prosseguiu até os últimos anos da década de 1860, e que a escravidão foi abolida na ilha pouco antes do Brasil (1886).

⁷ Cabe uma referência ao estudo pioneiro de Martins & Martins (1983), que suscitou muito do debate posterior sobre o tema.

O resultado dessa comparação, expresso no Gráfico 6, é realmente surpreendente, especialmente se se tem em conta a proposição, amplamente adotada e divulgada na literatura, de que o aumento de preços de escravos no Brasil, na segunda metade do século XIX, era essencialmente uma decorrência da abolição do tráfico. O quase exato paralelismo entre os preços de Pernambuco e Cuba, ao longo da década de 1850, deixa meridianamente claro que fatores do lado da demanda predominaram, na determinação de preços da mão-de-obra cativa, nesse período. Certamente o fato de que os preços do açúcar tenham atingido um pico, nessa década, no mercado internacional, está por trás da grande aumento observado nos preços de escravos, tanto em Pernambuco como em Cuba, nessa década.

O final da década de 1860 marca o início de um período de grandes flutuações nos preços de escravos, em Cuba como em Pernambuco. Também aqui será necessária uma análise mais detalhada, antes de se emitir um juízo mais definido sobre a causa de tais oscilações. É evidente que elas foram influenciadas por vários fatores; esse foi um período de grandes transformações, em ambas as regiões.

Mas o que fica aparente — e é um resultado extremamente significativo — é que a supressão do tráfico africano não teve, certamente, o efeito sobre o mercado de escravos brasileiro que até agora se supunha. De fato, os dados do Gráfico --- sugerem que o fim das importações terá tido muito pouca influência sobre a determinação de preços dos cativos, no período que se seguiu a 1850, em comparação com o impulso do aumento de demanda, associado à expectativa de maior lucratividade na atividade produtiva.

Isso abre uma série de indagações, que não se restringem à mecânica do mercado de mão-de-obra cativa. De plano, cabe procurar investigar mais a fundo a relação entre preços de escravos e preços de mercadorias, nas várias regiões do País. Mas os dados aqui examinados parecem indicar também um grau maior de integração entre essas regiões do que muitas vezes se supõe: é o que sugere a estreita correspondência entre as variações de preços de escravos em Pernambuco, Salvador e Minas, especialmente na primeira metade do século XIX.

10. Conclusão

1. Dados sobre a evolução de preços médios de escravos em Pernambuco, ao longo do século XIX, até agora não disponíveis, mostram uma elevação moderada de preços nominais até 1830, um aumento significativo em 1830-1845 e, mais especialmente, durante a década de 1850. Os preços permanecem altos nos anos sessenta e caem no início da década de 1870, continuando a diminuir mais moderadamente até a abolição.

2. Os preços de escravas são, com exceção de alguns poucos períodos, inferiores aos dos escravos; encontrou-se, consistentemente, uma relação aproximada de 90% entre o preço médio de cativos do sexo feminino e do sexo masculino. Os preços relativos de escravas não aumentam de forma sustentada após a abolição do tráfico, contrariando uma suposição comum na literatura; mas caem após a Lei do Ventre Livre, sugerindo que a procura por escravas pudesse ser influenciada pela expectativa de que gerassem crianças escravas.

3. Os preços médios de escravos no Agreste-Sertão acompanham, em termos gerais, os da Zona da Mata, embora esses últimos mostrem um aumento significativo nos anos cinqüenta, o que é coerente com um aumento contemporâneo nos preços do açúcar, em mil-réis. O pico de preços no Agreste-Sertão se dá nos anos sessenta, período em que a cultura do algodão se mostrou muito lucrativa, com a alta nos preços internacionais do produto.

4. Comparações entre a evolução de preços em Pernambuco, de um lado, e os dados correspondentes para Minas Gerais e Salvador, de outro, mostram que os mercados de escravos nas três regiões estavam submetidos a influências comuns. Essas comparações apontam para a existência, em certo sentido, um mercado nacional de mão-de-obra escrava.

5. A comparação entre a série de preços médios de escravos em Pernambuco, convertidos em libras esterlinas, e a série correspondente para Cuba, mostra uma extraordinária similaridade na evolução de preços, muito especialmente na década de 1850. Isso indica que não é procedente a suposição, universalmente adotada na literatura, de que o aumento de preços de escravos no Brasil, na segunda metade do século XIX, decorreu essencialmente da cessação do tráfico.

6. Esses achados apontam a conveniência de um estudo mais aprofundado das séries de preços de escravos, e de sua relação com a evolução da atividade produtiva nas regiões correspondentes. O programa de pesquisa de que o presente trabalho é parte pretende avançar nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Maria José de S. A Mão-de-Obra Escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo: Corupio, 1988
- BERGAD, Laird W. Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BERGAD, Laird W., IGLESIAS GARCÍA, F., & BARCIA, Maria C. The Cuban Slave Market, 1790-1880. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CASTRO, Antônio Barros de. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. 2v. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- CONRAD, Robert E. The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888. Berkeley: University of California Press, 1972.
- DEAN, Warren, 1977. Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920. Trad. W.M.Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- EISENBERG, Peter L. The Sugar Industry in Pernambuco, 1840—1910; Modernization without Change. Berkeley: University of California Press, 1974.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala; Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (Publicado inicialmente em 1933).
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos; Decadência do Patriarcado Rural e Formação do Urbano. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. (Publicado inicialmente em 1936).
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976 (Publicado inicialmente em 1959).
- GOULART, Maurício. Escravidão Africana no Brasil. 2 ed. São Paulo: Martins Editora, 1980.
- IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990. Estatísticas Históricas do Brasil. 2ed. Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3. Rio de Janeiro, 1990.
- IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Repertório Estatístico do Brasil; Quadros Retrospectivos (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940). Rio de Janeiro, 1986. (Séries Estatísticas Retrospectivas, v.1).
- KLEIN, Herbert S. The Atlantic Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto M. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." Hispanic American Historic Review 63(3):537-568, Aug. 1983.
- MATTOSO, Kátia M.Q. Bahia, Século XIX; uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Pedro Carvalho de. A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café: 1850-1888. 2v. Rio de Janeiro: IPEA, 1984. (Série PNPE).

- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977).
- SLENES, Robert W. The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1500/1820. 7ed. São 1850-1888. PhD Dissertation. Stanford University, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- STEIN, Stanley J. Vassouras; a Brazilian Coffee County, 1850-1900. Cambridge: Harvard U. Press, 1957.
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. “Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste Pernambucano, 1770-1887”. XXVIII Encontro Nacional de Economia – Anais. Campinas, dez. de 2000. (publicado em *CD-rom*).
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. “Posse de Escravos e Estrutura de Ativos no Agreste e Sertão de Pernambuco”. XXIX Encontro Nacional de Economia - Anais. Salvador, Bahia, dez. de 2001. (publicado em *CD-rom*).
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. “Slave Holdings in Nineteenth-Century Brazilian Northeast: Sugar Estates and The Backlands”. Trabalho apresentado no XIII Congress of the International Economic History Association, Buenos Aires, July 2002.

Tabela 1
Pernambuco
Preços de Escravos Padrão, por quinquênios, 1800-1887
Em Mil-Réis

Períodos	Plantel	Preços médios
1800-1804	75	101,0
1805-1809	120	114,9
1810-1814	211	114,1
1815-1819	351	131,1
1820-1824	501	148,8
1825-1829	326	171,6
1830-1834	432	238,1
1835-1839	246	314,3
1840-1844	370	387,6
1845-1849	177	367,3
1850-1854	245	476,6
1855-1859	380	902,9
1860-1864	166	856,6
1865-1869	132	871,2
1870-1874	119	682,7
1875-1879	129	650,2
1880-1884	89	617,0
1885-1887	16	303,1

Fonte dos dados básicos: Inventários IAHP.

Nota: Os Escravos Padrão, neste trabalho, correspondem aos indivíduos com idades entre 15 e 40 anos, livres de doenças e defeitos físicos.

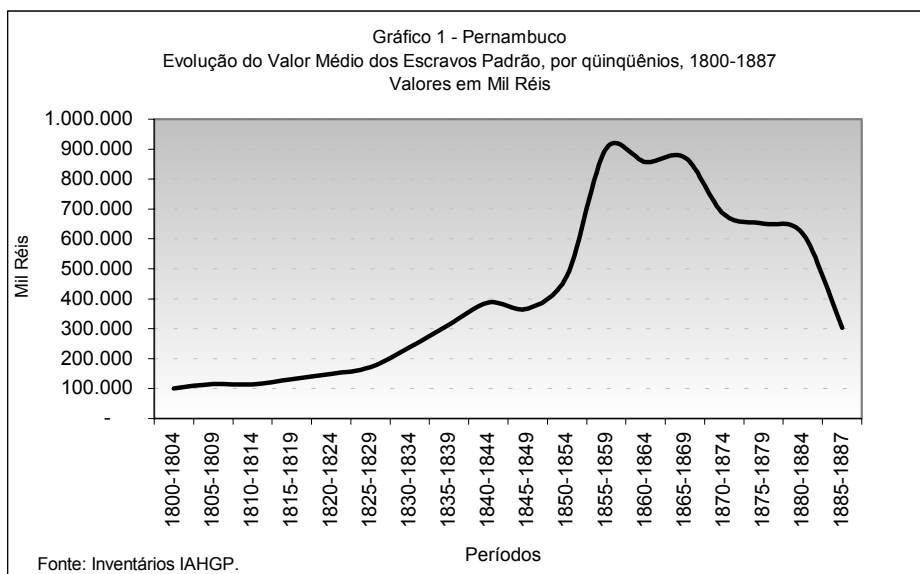


Tabela 2
Pernambuco
Evolução do Valor Médio Escravos Padrão, por quinquênios e sexo, 1800-1887
Em Mil Réis

Períodos	Plantel		Preços médios	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1800-1804	38	37	108,158	93,84
1805-1809	86	34	117,674	107,794
1810-1814	118	93	117,771	109,505
1815-1819	245	106	136,803	117,972
1820-1824	318	183	155,292	137,415
1825-1829	201	125	176,23	163,920
1830-1834	274	158	249,15	218,924
1835-1839	139	107	317,38	310,234
1840-1844	190	180	414,73	359,528
1845-1849	110	67	381,27	343,657
1850-1854	126	119	472,03	481,303
1855-1859	207	173	1.000,290	786,321
1860-1864	96	70	904,688	790,714
1865-1869	72	60	888,889	850,070
1870-1874	59	60	753,407	613,099
1875-1879	64	65	816,140	486,799
1880-1884	45	44	730,667	500,682
1885-1887	10	6	385,000	166,667

Fonte dos dados básicos: Inventários IAHP.

Nota: Os Escravos Padrão, neste trabalho, correspondem aos indivíduos com idades entre 15 e 40 anos, livres de doenças e defeitos físicos.

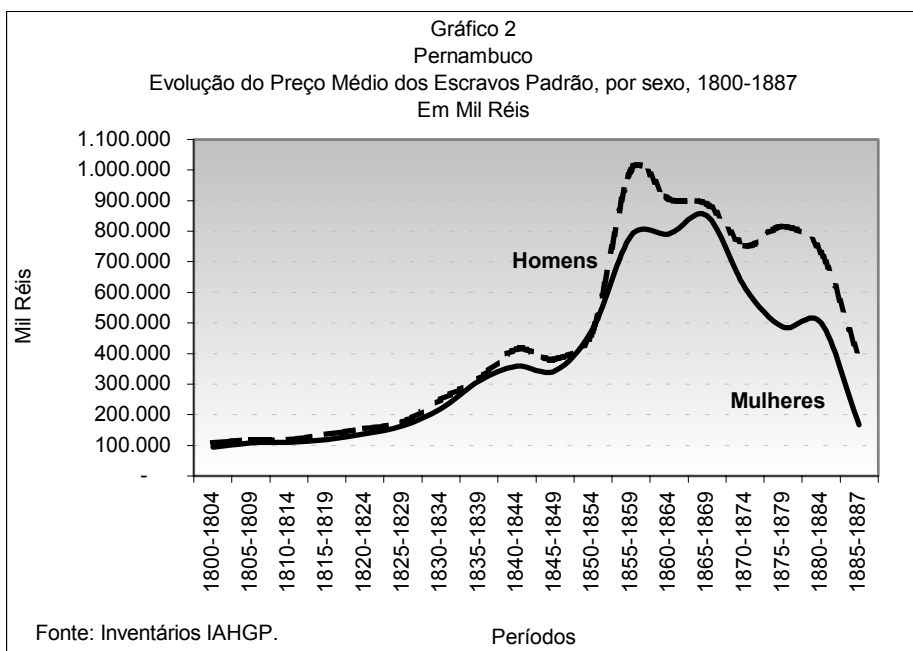


Tabela 3
Pernambuco
Evolução do Preço Médio dos Escravos Padrão, por quinquênios e áreas, 1800-1887
Em Mil Réis

Anos	Plantel		Preços médios	
	Ag.-Sertão	Plantel Mata	Ag.-Sertão	Mata
1800-1804	60	4	98.867	107.500
1805-1809	26	69	119.231	115.725
1810-1814	82	109	122.878	108.780
1815-1819	54	229	127.478	130.917
1820-1824	169	257	154.751	151.409
1825-1829	122	93	141.770	227.097
1830-1834	325	44	234.754	250.455
1835-1839	110	23	248.955	365.652
1840-1844	167	92	352.316	417.065
1845-1849	79	40	347.532	377.500
1850-1854	96	28	423.698	407.143
1855-1859	127	194	759.252	975.354
1860-1864	71	36	914.789	819.444
1865-1869	73	17	855.948	923.529
1870-1874	56	29	697.089	475.862
1875-1879	63	40	532.935	775.000
1880-1884	50	34	577.200	655.882
1885-1887	6	9	383.333	250.000

Fonte dos dados básicos: Inventários IAHPG.

Nota: Os Escravos Padrão, neste trabalho, correspondem aos indivíduos com idades entre 15 e 40 anos, livres de doenças e defeitos físicos.

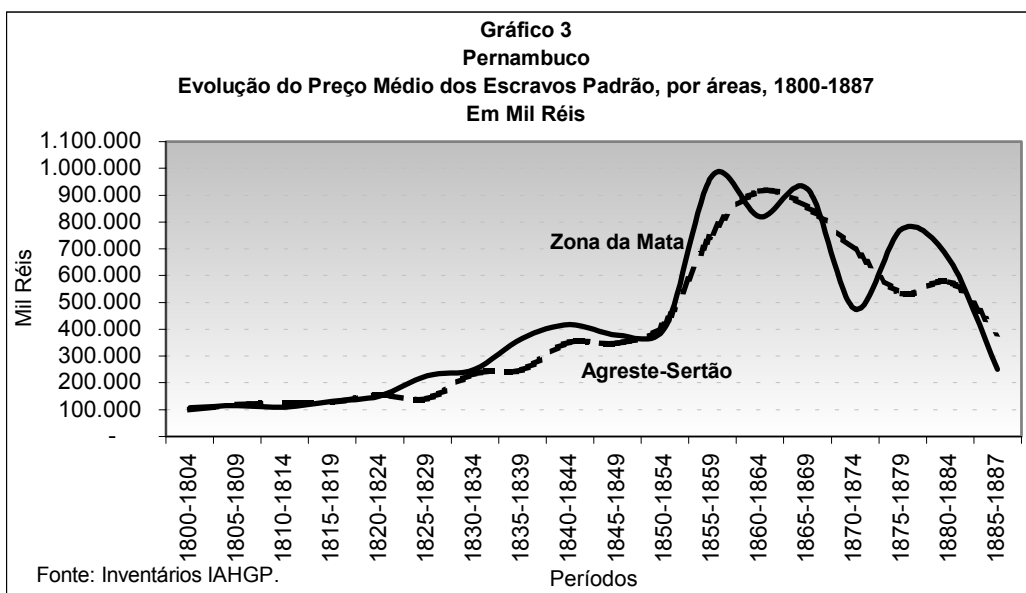


Tabela 4 - Preços médios de escravos em Pernambuco como proporção dos preços médios de escravos em Minas Gerais: médias por período, 1800-1887

Period	Pernambuco prices / Minas prices (%)	Standard deviation
1800-1820	86.1	12.7
1821-1850	75.6	17.4
1851-1874	75.8	13.5
1875-1887	53.1	14.8

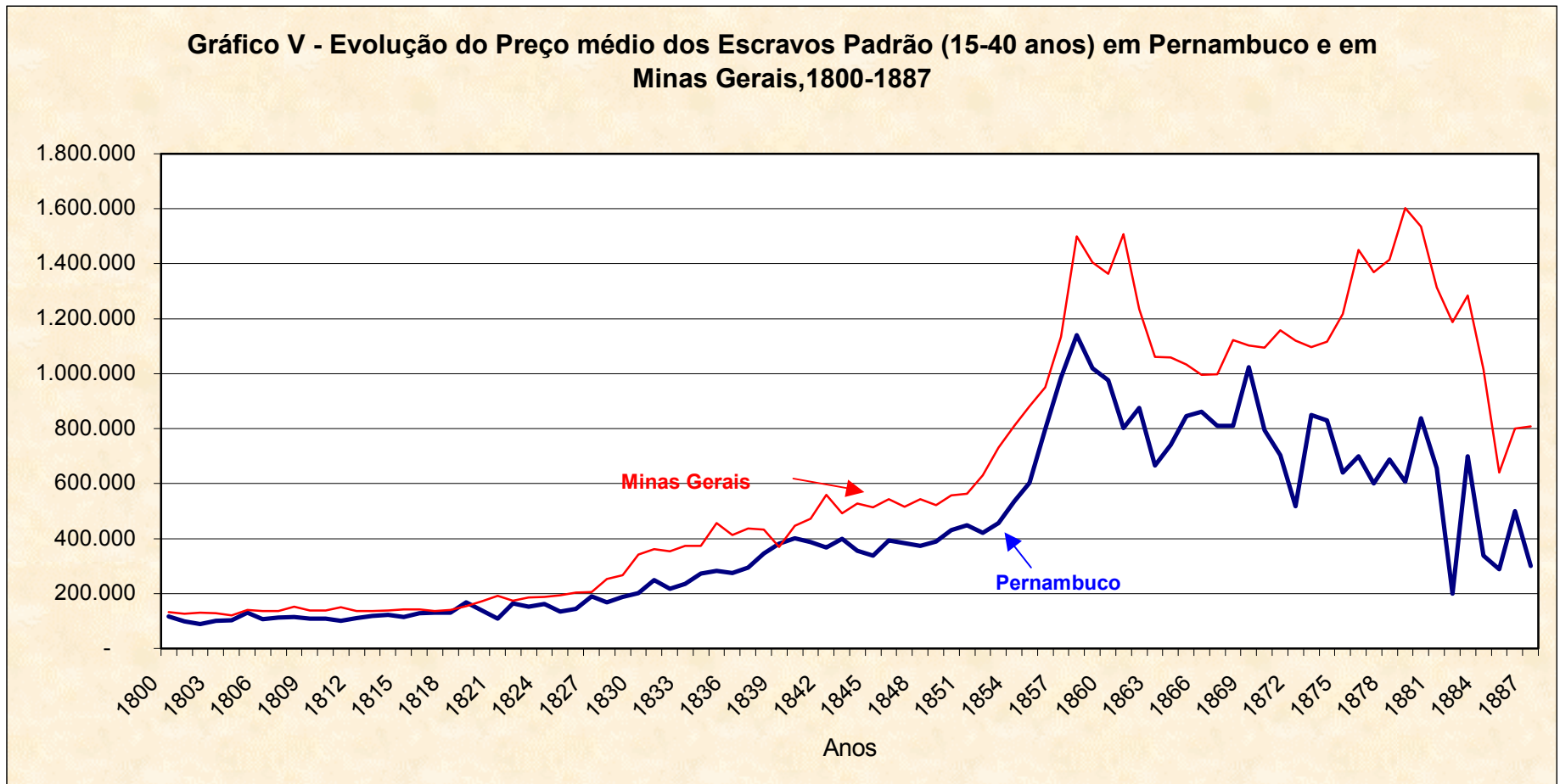
Fonte: Pernambuco: inventários, IAHGP; Minas: Bergad (1999: Tab. E.1) (escravos do sexo masculino, 15-40 anos)

Tabela 5 - Preços médios de escravos em Pernambuco como proporção dos preços médios de escravos em Salvador: médias por período, 1811-1887

Period	Pernambuco prices / Salvador prices (%)	Standard deviation
1811-1850	73.7	16.0
1851-1865	78.2	15.0
1866-1887	57.3	28.0

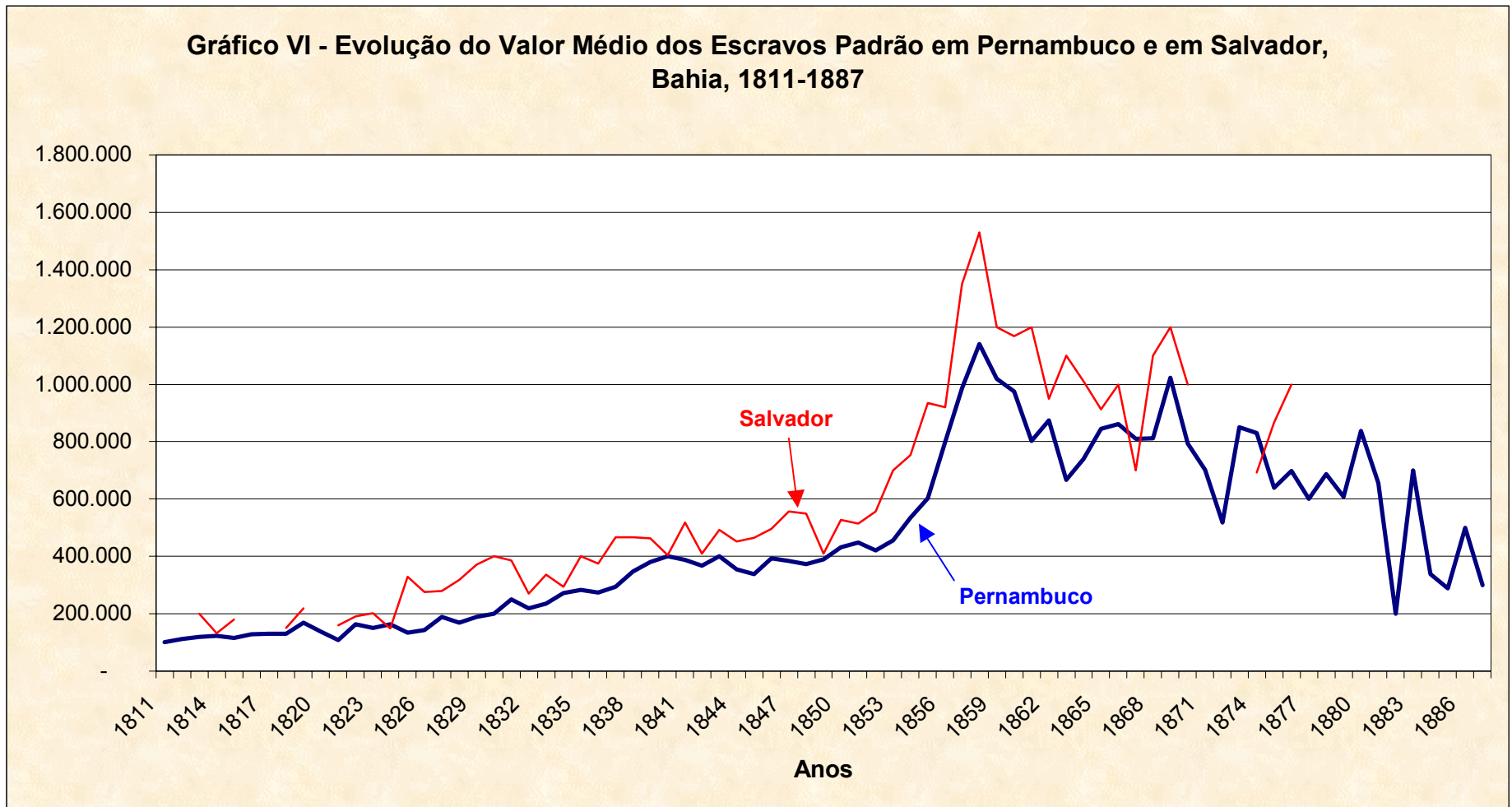
Fonte: Pernambuco: inventários, IAHGP (escravos do sexo masculino, 15-40 anos); Salvador: M.J.S.Andrade (1988:Tab. 11) (escravos do sexo masculino, “moços, com ofício e sem doença”).

Gráfico 4 – Pernambuco e Minas Gerais: preços médios de escravos padrão, 1800-1887

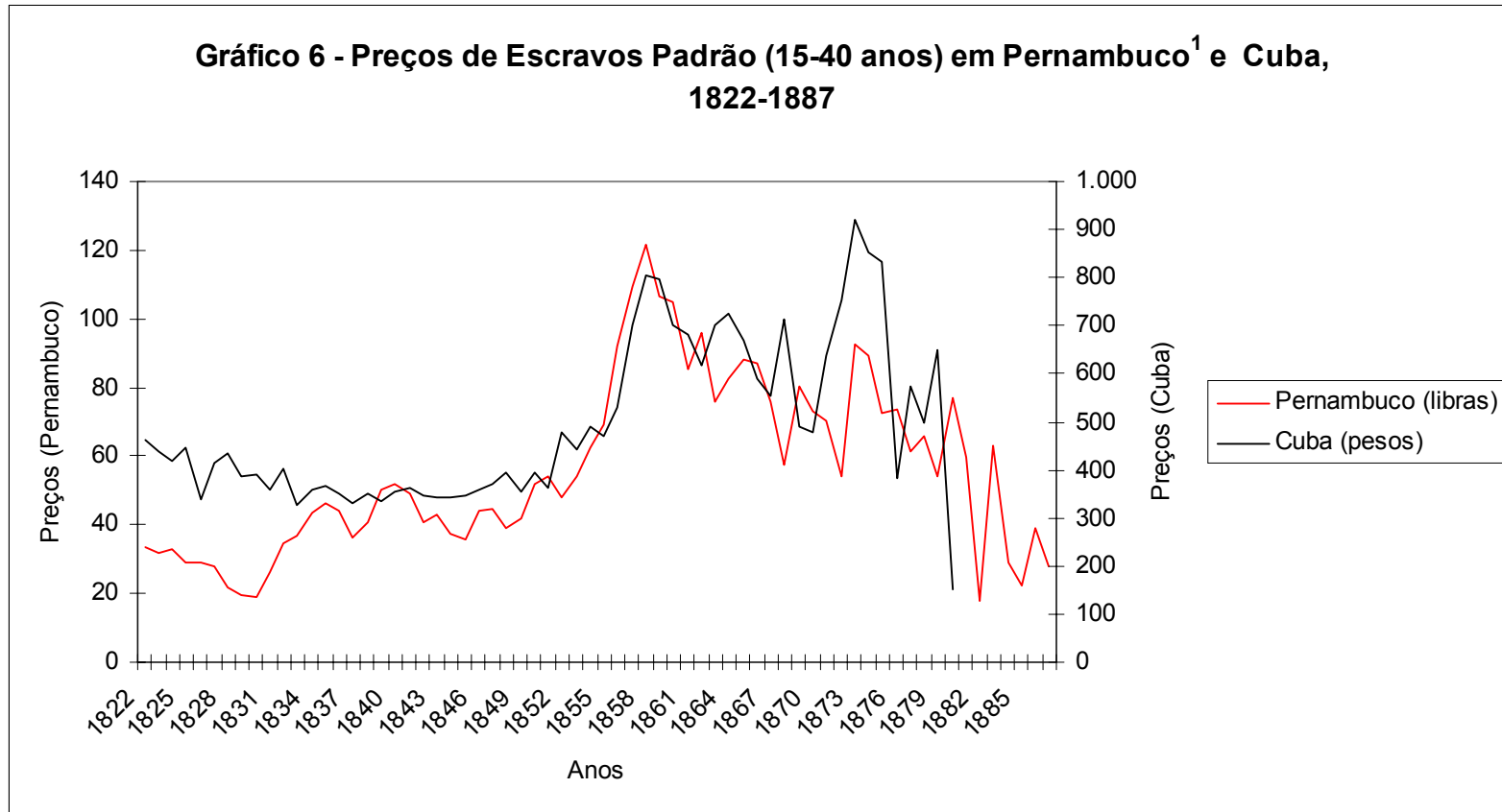


Fonte: Pernambuco: inventários (IAHGP);. Minas Gerais: Bergad (1999:268-9).

Gráfico 5 – Pernambuco e Salvador: preços médios de escravos padrão, 1800-1887



Fonte: Pernambuco: inventários (IAHGP); Salvador: M.J.Andrade (1988:211-2).



(1) Preços convertidos em libras esterlinas, pelas taxas de câmbio em IBGE (1986).

Fontes: Cuba: BERGAD, L.W., IGLESIAS GARCIA, F. & BARCIA, M. C. (1995:15-22 e 38-78); Pernambuco: inventários, IAHGP.

The ECO/UnB Working Paper Series

The Department of Economics of the University of Brasilia publishes its Working Papers Series since April 1972. On August 30, 2002 the series was renewed with the on-line publication of the papers. All Working Papers may be freely downloaded from the Department site: <http://www.unb.br/ih/eco>.

Working papers published since August 2002:

- 231 Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. Flávio Rabelo Versiani and José Raimundo O. Vergolino, 30 August 2002, 29p.
- 232 On the natural rates of unemployment and interest: the Robertson connection. Mauro Boianovsky and John R. Presley, 30 August 2002, 34p.
- 233 Contas Nacionais e o meio ambiente: reflexões em torno de uma abordagem para o Brasil. Charles C. Mueller, 30 August 2002, 25p.
- 234 Economics of air pollution: hedonic price model and smell consequences of sewage treatment plants in urban areas. Sérgio A. Batalhone, Jorge M. Nogueira and Bernardo P. M. Mueller, 30 August 2002, 25p.
- 235 The Brazilian depression of the 80s and 90s. Mirta Bugarin, Roberto de G. Ellery Jr., Victor Gomes and Arilton Teixeira, 30 August 2002, 30p.
- 236 Informal employment in Brazil – A choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach. Maria Tannuri-Pianto and Donald M. Pianto, 30 August 2002, 23p.
- 237 False contagion and false convergence clubs in stochastic growth theory. Stephen de Castro and Flávio Gonçalves, 30 August 2002, 20p.
- 238 Spot and contract markets in the Brazilian wholesale energy market. Paulo C. Coutinho and André Rossi de Oliveira, 30 August 2002, 19p.
- 239 Tributação da renda e do consumo no Brasil: uma abordagem macroeconômica. Valter Borges de Araújo Neto e Maria da C. S. de Sousa, 30 August 2002, 31p.
- 240 Vote splitting, reelection and electoral control: towards a unified model. Maurício S. Bugarin. 30 August 2002, 26p.
- 241 Shadow-prices in payment systems. Rodrigo Peñaloza, 6 September 2002, 31p.
- 242 Welfare implications of the Brazilian social security system. Roberto de G. Ellery Jr. and Mirta N. S. Bugarin, 13 September 2002, 28p.
- 243 Os agentes econômicos em processo de integração regional – Inferências para avaliar os efeitos da ALCA. Renato Baumann and Francisco Galvão Carneiro, 13 September 2002, 29p.
- 244 Leading by example: a simple evolutionary approach. André Rossi de Oliveira and João R. O. de Faria, 20 September 2002, 25p.
- 245 The role of institutions in sustainable development. Bernardo Mueller and Charles Mueller, 20 September 2002, 25p.
- 246 Incentivos em consórcios intermunicipais de saúde: uma abordagem de teoria dos contratos. Luciana Teixeira, Maria Cristina MacDowell and Mauricio Bugarin, 27 September 2002, 19p.
- 247 Liquidity constraints and the behavior of aggregate consumption over the Brazilian business cycle. Mirta Bugarin and Roberto de G. Ellery Jr, 27 September 2002, 19p.
- 248 Pricing water and sewage services in urban areas: Evidences of low level equilibrium in a developing economy. Ricardo Coelho de Faria, Jorge M. Nogueira and Bernardo

Mueller, 4 October 2002.

- 249 Wrong incentives for growth in the transition from modern slavery to labor markets: Babylon before, Babylon after. Stephen de Castro, 4 October 2002, 23p.
- 250 Vintage capital, distortions and development. Samuel Pessoa and Rafael Rob, 11 October 2002, 40p.
- 251 Consórcios intermunicipais de saúde: uma análise à luz da teoria dos jogos. Luciana Teixeira, Maria Cristina MacDowell and Mauricio Bugarin, 11 October 2002, 30p.
- 252 Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. Flávio R. Versiani and José Raimundo O. Vergolino, 18 October 2002, 20p.
- 253 A model of capital accumulation and rent seeking. Paulo Barelli and Samuel de Abreu Pessoa, 18 October 2002, 47p.

Forthcoming working papers:
(Subject to change)

- 254 Anchors away: the cost and benefits of Brazil's devaluation. Edmund Amann and Werner Baer, 25 October 2002, 19p.
- 255 Um seguro agrícola "eficiente". Aécio S. Cunha, 25 October 2002, 65p.
- 256 Campaign contributions with swing voters. Manfred Dix and Rudy Santore, 1 November 2002, 18p.
- 257 Incentivos para os administradores de empresas estatais: O papel dos dividendos mínimos obrigatórios e o desenho ótimo de salários. André Luís G. Carcia and Maurício Bugarin, 1 November 2002, 35p.
- 258 Impostos e a História. Aécio S. Cunha, 8 November 2002, 12p.
- 259 A note on Armstrong's optimality of exclusion property. Mauricio Bugarin, 8 November 2002, 20p.
- 260 Determinantes do endividamento dos estados brasileiros: Uma análise de dados de painel. Isabela Fonte Boa Rosa Silva e Maria da Conceição Sampaio de Sousa, 15 November 2002, 27p.
- 261 Technology adoption: On the nonequivalence of tariffs and quotas. Arilton Teixeira, 15 November 2002, 22p.
- 262 Price caps and electoral cycles. César Mattos, 22 November 2002, 16p.